

Conta Satélite da Economia Social

2016

Terceira Edição da CSES: A Economia Social representou 3,0% do VAB em 2016

Em 2016, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social representou 3,0% do VAB da economia, tendo aumentado 14,6%, em termos nominais, face a 2013. Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia (8,3%), no mesmo período.

A Economia Social representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da Economia Social aumentaram, respetivamente, 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente).

Por grupos de entidades da Economia Social, as Associações com fins altruísticos evidenciavam-se em número de entidades (92,9%), VAB (60,1%), Remunerações (61,9%) e Emprego remunerado (64,6%).

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga os resultados da terceira edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES), relativa ao ano 2016. O projeto foi desenvolvido pelo INE em parceria com a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, no âmbito de um protocolo de colaboração entre estas entidades.

Com a edição de 2016 da CSES, disponibiliza-se informação estatística mais atualizada para uma avaliação exaustiva da dimensão económica e das principais características da Economia Social (ES) em Portugal. As duas edições anteriores da CSES foram relativas aos anos de 2013 e 2010.

As referências metodológicas fundamentais desta edição da CSES foram o manual do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010) e a Lei de Bases da Economia Social. Foram igualmente considerados os conceitos, métodos, classificações e regras contabilísticas do "*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*", das Nações Unidas, de 2018 (com implicações na nomenclatura), e do "*Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies*" do *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC).

Este destaque encontra-se organizado da seguinte forma:

1. Principais resultados, incluindo uma análise da relevância da ES na economia nacional;
2. Caracterização dos grupos de entidades da ES;
3. Comparação internacional.

É ainda apresentada uma caixa com informação adicional sobre os grupos económicos das Cooperativas.

Além do presente Destaque, encontram-se disponíveis para consulta na página eletrónica do INE (www.ine.pt) uma infografia e um conjunto de quadros com informação adicional sobre a CSES 2016.

1. Principais resultados

Em 2016, 71 885 entidades da ES geraram 3,0% do Valor Acrescentado Bruto (VAB), 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado (expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo – ETC). A remuneração média (por ETC) nas entidades da ES correspondia a 86,3% da média nacional.

Face a 2013, o número de entidades da ES aumentou 17,3%, o VAB aumentou 14,6%, o emprego remunerado 8,8% e o emprego total 8,5%, registando um desempenho mais favorável do que o observado na economia nacional (o VAB cresceu 8,3%, o emprego remunerado 7,2% e o emprego total 5,8%).

A saúde (C) e os serviços sociais (D) foram as áreas de atividade mais relevantes em termos de VAB e emprego: a Saúde foi responsável por 24,6% do VAB e 32,1% do emprego remunerado da ES, enquanto os serviços sociais geraram 24,3% do VAB e 29,8% do emprego remunerado da ES, em 2016.

As organizações da cultura, comunicação e atividades de recreio (A) congregaram quase 47% do total de unidades da CSES, mas representaram apenas 5,0% do total do emprego remunerado e do VAB da ES.

Quadro n.º 1 – Distribuição dos principais indicadores segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016)

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CÍOSFL/TS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)	Emprego	Emprego remunerado	VAB
	N.º	ETC	ETC	10 ⁶ Euros
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	33 722	12 048	11 789	242
B - Educação	2 594	29 966	29 811	671
C - Saúde	2 386	75 503	75 460	1 186
D - Serviços sociais	6 978	70 196	70 000	1 170
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726	714	702	10
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 106	2 606	2 439	37
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 912	2 797	2 769	50
H - Filantropia e promoção do voluntariado	322	190	186	3
I - Religião	8 533	9 802	9 797	175
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 815	8 268	8 128	153
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 547	5 976	5 775	303
L - Outras atividades	2 244	18 222	18 030	821
Economia Social	71 885	236 288	234 886	4 819
Economia Nacional	-	4 419 870	3 839 523	162 226
Economia Social / Economia Nacional	-	5,3%	6,1%	3,0%

Numa análise por **grupos de entidades** da ES (ver Quadro 2), das cerca de 72 mil unidades consideradas, as Associações com Fins Altruísticos (ACFA) agregavam 92,9% do total, sendo responsáveis por 60,1% do VAB, 64,6% do emprego remunerado (ETC) e 61,9% das remunerações. As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da ES com maior peso relativo, em termos do número de unidades, de VAB e de remunerações, enquanto as Misericórdias foram o segundo grupo mais relevante em termos de emprego remunerado. As Associações Mutualistas, nas quais se incluem entidades do setor financeiro da economia, foram as entidades da ES que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados, com valores acima da média nacional em ambos os casos.

Quadro n.º 2 – Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (2016)

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 343	24 402	604 241	572 240	24,8	23,5
Associações mutualistas	97	4 842	387 971	212 094	80,1	43,8
Misericórdias	387	39 445	596 630	555 267	15,1	14,1
Fundações	619	14 113	332 321	304 296	23,5	21,6
Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)	1 678	305	1 174	3 795	3,9	12,4
Associações com fins altruísticos (ACFA)	66 761	151 779	2 896 871	2 673 894	19,1	17,6
Economia Social	71 885	234 886	4 819 210	4 321 587	20,5	18,4
Total da Economia	-	3 839 523	162 226 133	81 854 147	42,3	21,3
Economia Social / Economia Nacional	-	6,1%	3,0%	5,3%	48,6%	86,3%

No que respeita à distribuição do número de unidades da ES por **setor institucional**, as Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias constituíram o setor dominante, congregando 91,2% do total de unidades do universo da CSES, seguindo-se as Sociedades não financeiras e Famílias, com 8,6% do total de unidades.

As Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias foram igualmente o setor mais relevante em termos de contribuição para o VAB da ES (71,6% do total), enquanto as Sociedades não financeiras e Famílias e as Sociedades financeiras geraram, respetivamente, 15,4% e 12,9% do VAB da ES, em 2016.

Quadro n.º 3 – Distribuição dos principais indicadores por setor institucional (2016)

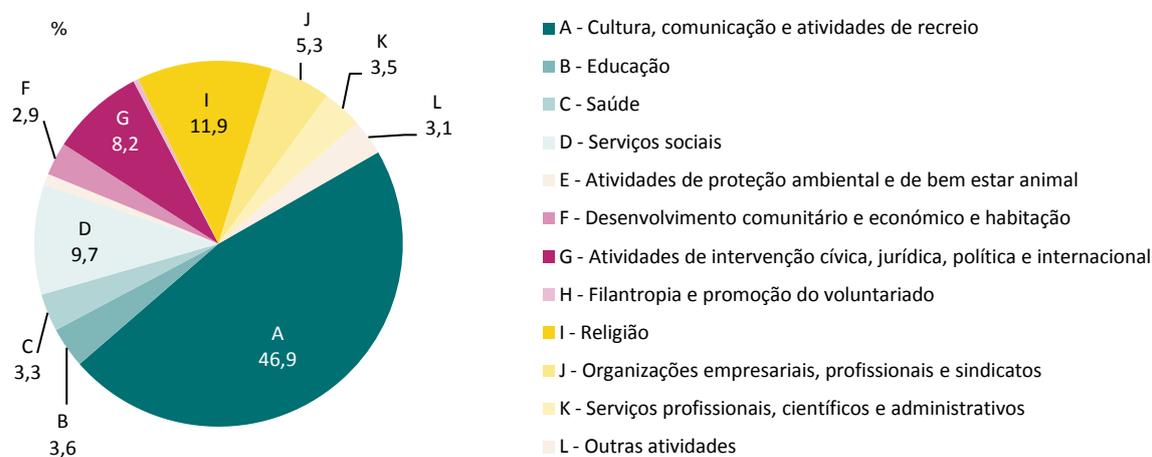
Setor institucional	Unidades	Produção	VAB da Economia Social	VAB da Economia Nacional	VAB da Economia Social no VAB da Economia nacional
	N.º	10 ⁶ Euros	10 ⁶ Euros	10 ⁶ Euros	%
Sociedades não financeiras (S.11) + Famílias (S.14)	6 190	2 036	741	124 444	0,6
Sociedades financeiras (S.12)	128	983	620	8 218	7,5
Administrações públicas (S.13)	18	17	10	26 116	0,0
Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15)	65 549	5 842	3 448	3 448	100,0
Economia Social	71 885	8 878	4 819	-	3,0
Economia Nacional	-	325 639	162 226	162 226	100,0
Economia Social / Economia Nacional	-	2,7%	3,0%	-	3,0

1.1. Composição do setor da Economia Social

Em 2016, a cultura, comunicação e atividades de recreio (A) concentrava 46,9% das unidades da ES, mantendo a preponderância já observada nas anteriores edições da CSES.

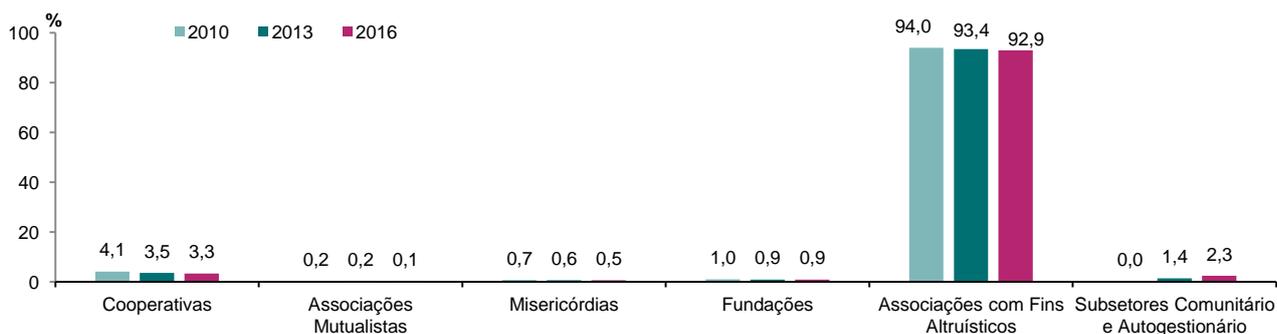
As entidades da religião (I) e dos serviços sociais (D) apresentavam um peso bastante significativo no conjunto de entidades da ES, congregando, respetivamente, 11,9% e 9,7% do total de unidades.

Gráfico n.º 1 – Distribuição das unidades segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016)



Na distribuição das unidades por **grupos de entidade** não se observaram variações significativas face a 2013, mantendo-se a predominância das ACFA.

Gráfico n.º 2 – Distribuição das unidades por grupos de entidades



Numa ótica **territorial** (NUTS II), o Norte detinha 32,6% das unidades da CSES, seguido pelo Centro (25,2%) e pela Área Metropolitana de Lisboa (23,1%). Analisando a distribuição por NUTS III, a Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto, em conjunto, concentraram mais de 1/3 do total de unidades da ES (34,9%). Apesar do aumento do número de entidades, a estrutura regional manteve-se próxima da observada de 2013, com aumentos ligeiros de importância relativa das regiões anteriormente citadas.

Gráfico n.º 3 – Distribuição das unidades por NUTS II

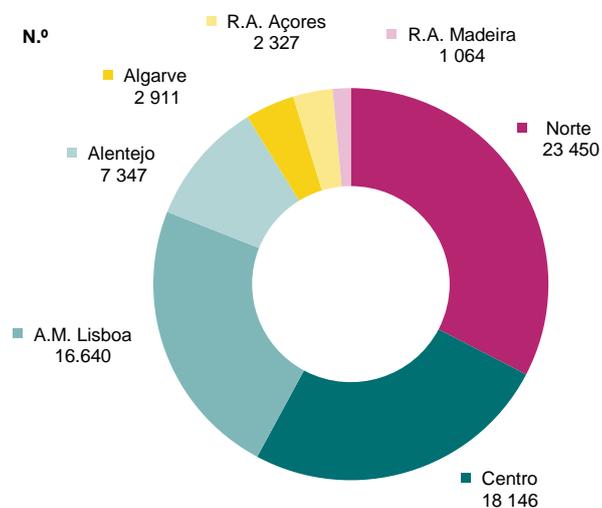
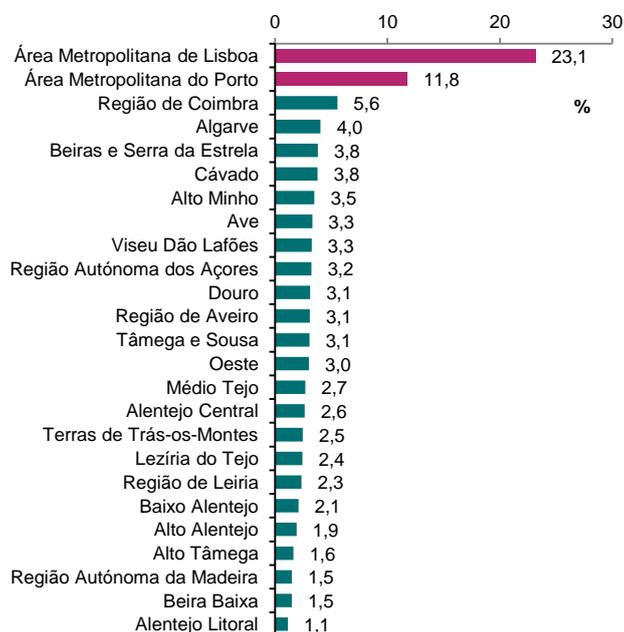


Gráfico n.º 4 – Distribuição das unidades por NUTS III



1.2. VAB

Em 2016, a saúde (C) representou 24,6% do VAB da ES, sendo imediatamente seguida pelos serviços sociais (D), que geraram 24,3% do total de VAB da ES. Refira-se, contudo, que a utilização da nova nomenclatura internacional de referência, das Nações Unidas, que passou a considerar as atividades de apoio social com alojamento, onde se incluem, nomeadamente, os lares de terceira idade e as unidades de cuidados continuados, determinou o aumento da importância relativa das atividades de saúde e uma diminuição dos serviços sociais, comparativamente com a CSES de 2013.

Analisando a distribuição do VAB por **grupos de entidades**, as ACFA concentraram 60,1%, as Cooperativas 12,5% e as Misericórdias 12,4% do total do VAB da ES, observando-se uma inversão de posições entre Cooperativas e Misericórdias, face a 2013.

Gráfico n.º 5 – Distribuição do VAB da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor

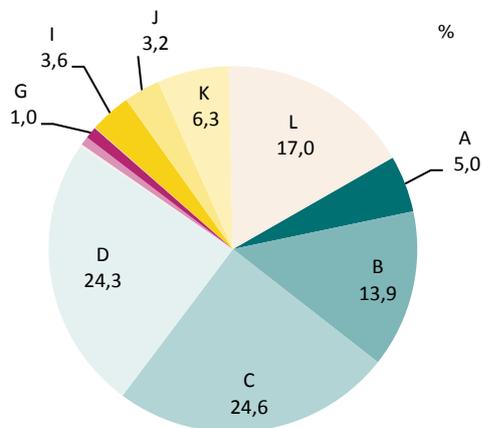
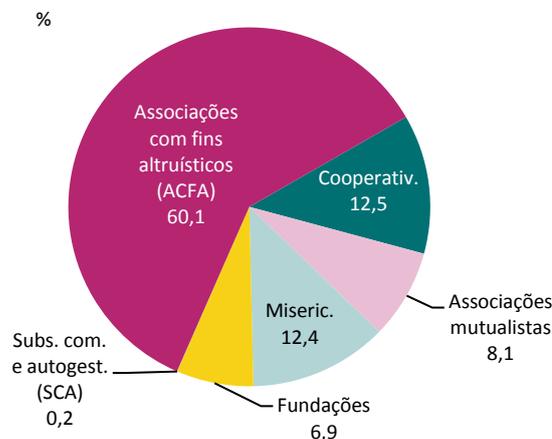
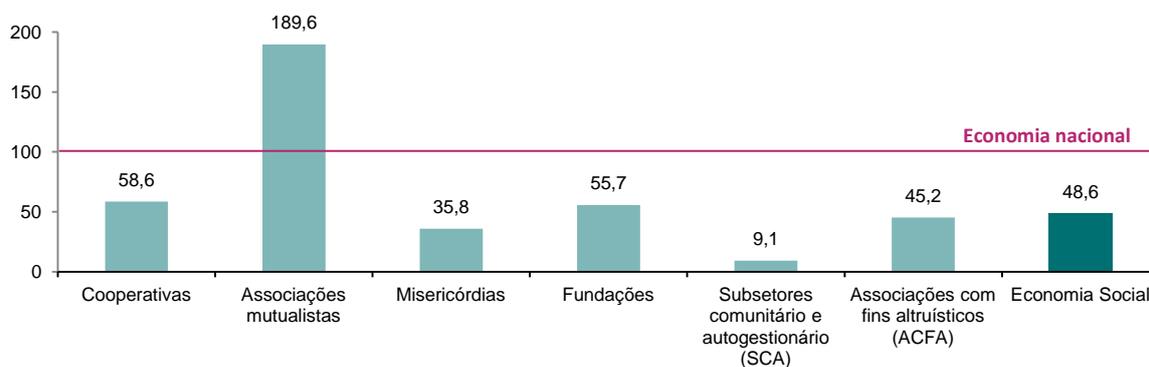


Gráfico n.º 6 – Distribuição do VAB da Economia Social, por grupos de entidades



Tal como em edições anteriores, o **VAB por ETC remunerado** na ES, com a exceção das Associações Mutualistas, foi inferior à média da economia.

Gráfico n.º 7 – VAB/Emprego (ETC remunerado), por grupos de entidades da Economia Social (Total da Economia = 100)



1.3. Remunerações

Em 2016, os serviços sociais (D) representaram 26,3% do total de remunerações da ES, sendo imediatamente seguidos pela saúde (C) (25,0%) e pela educação (B) (15,2%).

Por **grupos de entidades**, evidenciaram-se as ACFA (61,9%), seguindo-se as Cooperativas (13,2%), as Misericórdias (12,8%), as Fundações (7,0%), as Associações Mutualistas (4,9%) e os SCA (0,1%).

Gráfico n.º 8 – Distribuição das remunerações da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor

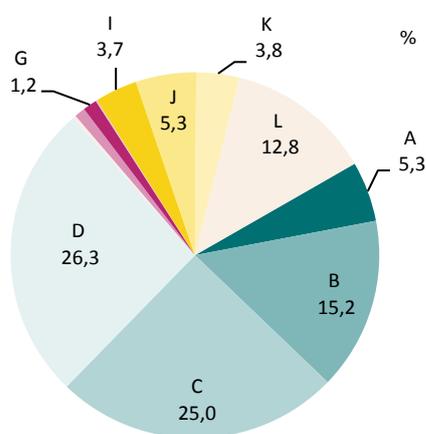
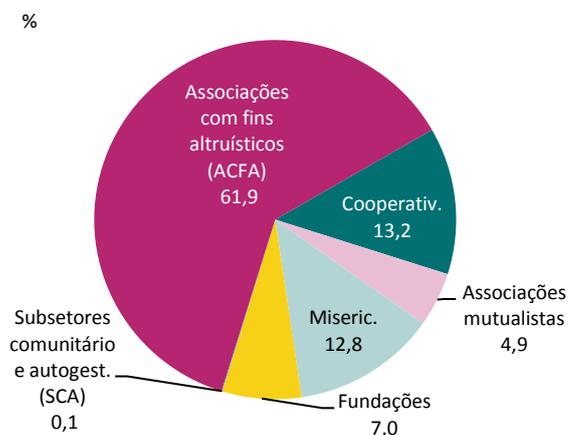
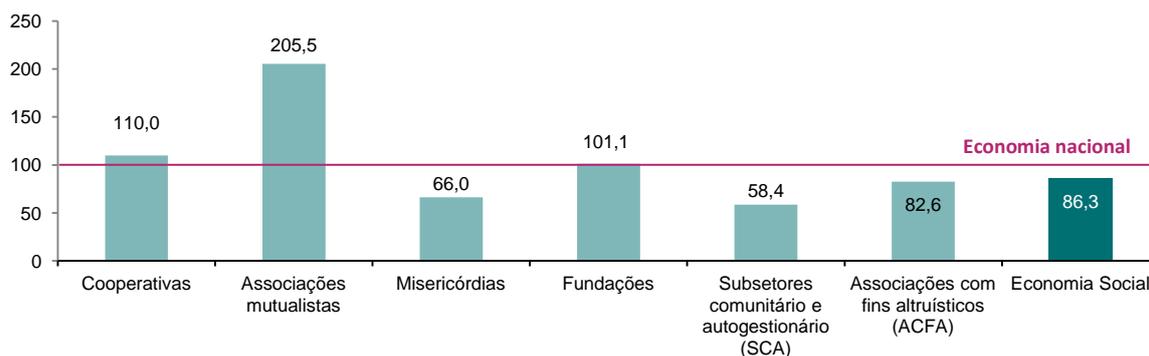


Gráfico n.º 9 – Distribuição das remunerações da Economia Social, por grupos de entidades



A **remuneração média** (por ETC remunerado da ES) foi inferior à da economia nacional (86,3%), apresentando uma dispersão significativa por grupos de entidades. As Associações Mutualistas constituíam o grupo da ES com a remuneração média mais elevada, seguindo-se as Cooperativas e as Fundações, ambas com remunerações superiores à economia nacional. No extremo oposto encontravam-se as entidades dos SCA, com a remuneração média mais baixa.

Gráfico n.º 10 – Remunerações/Emprego (ETC remunerado), por grupos de entidades da Economia Social (Total da Economia = 100)



1.4. Emprego

Em 2016, 32,1% do emprego remunerado (ETC) na ES concentrou-se na saúde (C), seguindo-se os serviços sociais (D) (29,8%) e a educação (B) (12,7%).

Analisando o emprego remunerado (ETC) por **grupos de entidades** da ES, as ACFA destacaram-se (64,6% do total). As Misericórdias representaram 16,8%, as Cooperativas 10,4%, as Fundações 6,0%, as Associações Mutualistas 2,1% e os SCA 0,1%.

Gráfico n.º 11 – Distribuição do emprego remunerado da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor

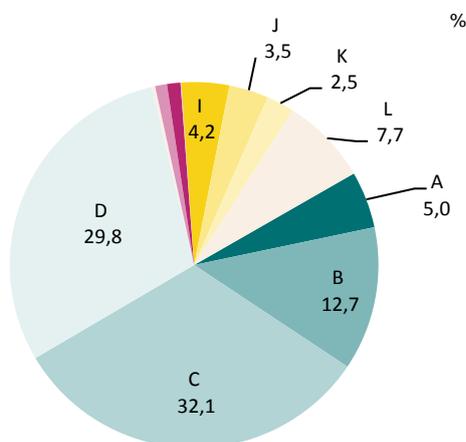
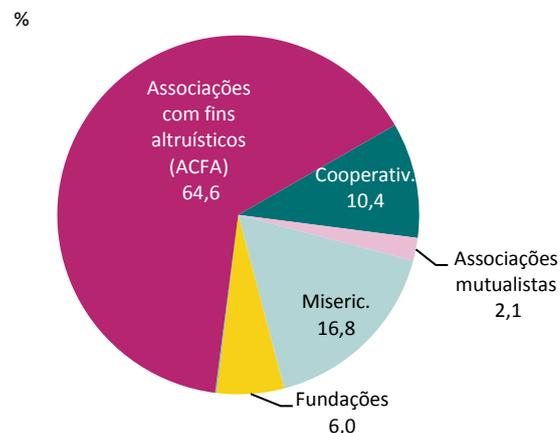


Gráfico n.º 12 – Distribuição do emprego remunerado da Economia Social, por grupos de entidades



1.5. A Economia Social na Economia Nacional

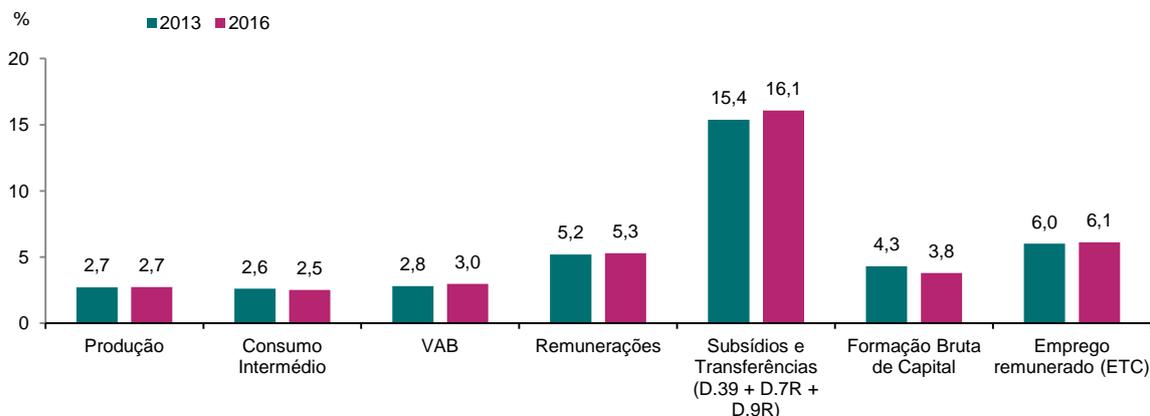
Em 2016, a ES representou 2,7% da produção nacional e 3,0% do VAB nacional, superando a importância relativa em termos de VAB observada na anterior edição da CSES (2,8% em 2013).

Observou-se uma diminuição do peso da **Formação Bruta de Capital** (FBC) na ES, passando de 4,3% em 2013 para 3,8% em 2016, em resultado de um crescimento inferior ao observado no conjunto da economia (2,4% vs. 17,7%).

A **necessidade líquida de financiamento da ES** agravou-se, passando de 412,0 milhões de euros (0,2% do PIB), em 2013, para 598,4 milhões de euros, em 2016 (0,3% do PIB). Comparativamente, nesse período, a economia nacional registou uma redução da capacidade líquida de financiamento (3 945,6 milhões de euros em 2013 para 1 951,6 milhões de euros em 2016).

Relativamente às **remunerações**, o peso da ES no total da economia nacional passou de 5,2%, em 2013, para 5,3%, em 2016. Em linha com a evolução das remunerações, a importância relativa do **emprego remunerado** (ETC) aumentou de 6,0%, em 2013, para 6,1% do total do emprego remunerado total (ETC), em 2016.

Gráfico n.º 13 – Comparação da Economia Social com a Economia Nacional – grandes agregados



A **remuneração média** da ES correspondeu a 86,3% da remuneração média da economia nacional (86,4% em 2013), sendo inferior à remuneração média do setor institucional das Sociedades financeiras (S.12) e das Administrações públicas (S.13).

Analisando o rácio **remunerações/VAB**, conclui-se que uma parte significativa do VAB da ES se destinava a remunerações (89,7%), percentagem muito superior à observada no conjunto da economia (50,5%).

Gráfico n.º 14 – Rem. Média por Setor Institucional da Economia Nacional (Economia Nacional = 100)

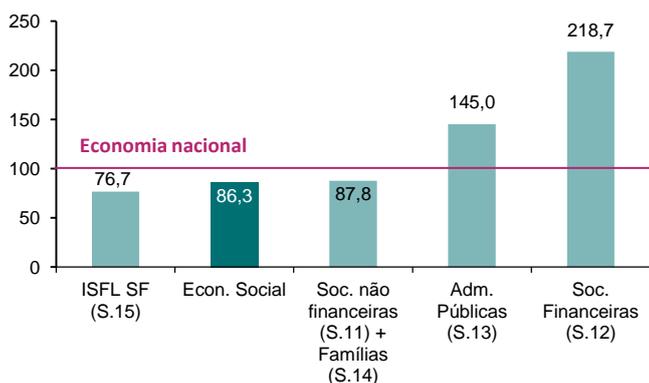
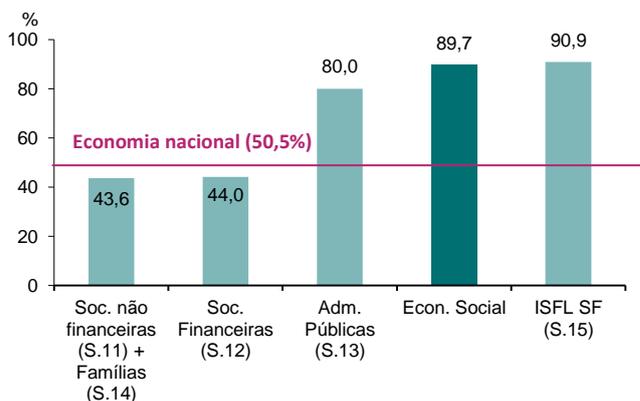


Gráfico n.º 15 – Remunerações / VAB, na ES e Economia Nacional (S.1)



Quadro n.º 4 – Principais Resultados da Conta Satélite da Economia Social (CSES), tendo como referência o total da economia das Contas Nacionais (CN)

	unidade	Níveis:	Níveis:		Tx. de var. (%) 2013/2016	CSES/CN (%)	
			2013	2016		2013	2016
Número de unidades	N.º	CSES	61 268	71 885	17,3		
VAB	10 ⁶ euros	CSES	4 206,5	4 819,2	14,6	2,8	3,0
		CN	149 768,4	162 226,13	8,3		
Emprego (ETC)	N.º	CSES	217 744	236 288	8,5	5,2	5,3
		CN	4 178 797	4 419 870	5,8		
VAB/ETC	10 ³ euros	CSES	19,3	20,4	5,6	53,9	55,6
		CN	35,8	36,7	2,4		
Remunerações	10 ⁶ euros	CSES	3 973,1	4 321,6	8,8	5,2	5,3
		CN	76 279,9	81 854,1	7,3		
Emprego (ETC) remunerado	N.º	CSES	215 963	234 886	8,8	6,0	6,1
		CN	3 582 077	3 839 523	7,2		
Remunerações médias	10 ³ euros	CSES	18,4	18,4	0,0	86,4	86,3
		CN	21,3	21,3	0,1		
Remunerações/VAB	%	CSES	94,5	89,7	-5,1	185,4	177,7
		CN	50,9	50,5	-0,9		
FBC	10 ⁶ euros	CSES	1 081,8	1 107,8	2,4	4,3	3,8
		CN	24 913,8	29 318,7	17,7		
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento	10 ⁶ euros	CSES	-412,0	-598,4			
		CN	3 945,6	1 951,6			

2. Caracterização da Economia Social por grupos de entidades

O Quadro 5 sintetiza os principais resultados por grupos de entidades, apresentando a principal atividade observada em cada grupo relativamente às Unidades de Atividade Económica (UAE), ao VAB, às remunerações e ao emprego remunerado, cuja análise, em maior detalhe, se apresenta a seguir.

Quadro n.º 5 – Quadro síntese da CSES, por grupos de entidades e atividade principal

		Unidades de Atividade Económica (UAE)		VAB		Remunerações		Emprego remunerado (ETC)	
		N.º	%	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	ETC	%
Ec. Social	Atividade principal	Cultura, comunicação e atividades de recreio	46,9	Saúde	24,6	Serviços sociais	26,3	Saúde	32,1
	Total da ES	71 885		4 819		4 322		234 886	
Cooperativas	Atividade principal	Comércio	17,3	Atividades financeiras	42,4	Atividades financeiras	32,4	Educação	22,5
	Total das Cooperativas	2 343		604		572		24 402	
	Percentagem das Cooperativas na ES		3,3		12,5		13,2		10,4
As. Mutualistas	Atividade principal	Serviços sociais	71,1	Atividades financeiras	90,2	Atividades financeiras	90,4	Atividades financeiras	74,6
	Total das Associações Mutualistas	97		388		212		4 842	
	Percentagem das As. Mutualistas na ES		0,1		8,1		4,9		2,1
Misericórdias	Atividade principal	Saúde	79,3	Saúde	86,1	Saúde	85,8	Saúde	87,1
	Total das Misericórdias	387		597		555		39 445	
	Percentagem das Misericórdias na ES		0,5		12,4		12,8		16,8
Fundações	Atividade principal	Serviços sociais	29,6	Educação	27,8	Educação	28,1	Saúde	32,4
	Total das Fundações	619		332		304		14 113	
	Percentagem das Fundações na ES		0,9		6,9		7,0		6,0
ACFA	Atividade principal	Cultura, comunicação e atividades de recreio	49,8	Serviços sociais	34,5	Serviços sociais	34,4	Serviços sociais	38,0
	Total das As. com Fins Altruísticos	66 761		2 897		2 674		151 779	
	Percentagem dos ACFA na ES		92,9		60,1		61,9		64,6

2.1. Principais grupos da Economia Social

2.1.1. Cooperativas¹

Em 2016, observou-se um aumento de 10,7% no número de Cooperativas, face a 2013, tendo sido consideradas no universo da ES um total de 2 343 Cooperativas. As principais atividades desenvolvidas foram o comércio (17,3%) (inserido em outras atividades (L)) e a cultura, comunicação e atividades de recreio (A) (14,3%).

O VAB, remunerações e o emprego remunerado aumentaram em relação a 2013.

Quadro n.º 6 – Evolução dos principais indicadores - Cooperativas

	2013	2016
Número de Cooperativas (N.º)	2 117	2 343
VAB (10 ⁶ euros)	489,5	604,2
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	564,4	572,2
Emprego remunerado - ETC (N.º)	24 316	24 402
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento (10 ⁶ euros)	88,5	179,1

Em termos de estrutura do VAB, destacaram-se as atividades financeiras e de seguros (L60) que, correspondendo a apenas 3,9% do total de Cooperativas, foram responsáveis por 42,4% do VAB, em 2016.

A estrutura de **remunerações** foi semelhante à do VAB, com as atividades financeiras e de seguros (L60) a suportarem quase 1/3 das remunerações deste grupo da ES.

No que respeita ao **emprego remunerado** (ETC), destacaram-se as entidades da educação (B) com 22,5% do total de emprego remunerado deste grupo.

Em 2016, a **capacidade líquida de financiamento** das Cooperativas mais do que duplicou face a 2013, cifrando-se em 179,1 milhões de euros, refletindo não só o aumento do saldo da conta de exploração, mas também a diminuição da formação bruta de capital.

¹ Os valores apresentados não incluem as sociedades comerciais participadas a 100%, de forma direta ou indireta, por capitais cooperativos, de

Caixa – Grupos económicos das Cooperativas

Os valores apresentados na CSES 2016 não incluem as sociedades comerciais 100% participadas por capitais cooperativos. A presente caixa pretende evidenciar a relevância dos grupos económicos das Cooperativas, de forma autónoma e complementar à informação apresentada anteriormente.

Em 2016, foram identificadas 56 sociedades comerciais (incluindo sociedades gestoras de participações sociais) cujo capital era integralmente detido por Cooperativas do universo da CSES, existindo informação económico-financeira disponível para 52 unidades.

Estas entidades societárias concentravam a sua atividade nas indústrias transformadoras (25%), nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e afins (21,2%) e no comércio por grosso e a retalho (19,2%). Cerca de 65% das sociedades 100% participadas por capitais cooperativos desenvolviam a respetiva atividade económica nestas três áreas.

Este conjunto de 52 sociedades comerciais gerou aproximadamente 106,2 milhões de euros de VAB, apresentando as indústrias transformadoras o contributo mais elevado para este resultado (87,8%). O VAB das participadas diminuiu face a 2013 (137,8 milhões de euros).

Gráfico n.º 16 – Distribuição das sociedades 100% participadas por Cooperativas, por atividade

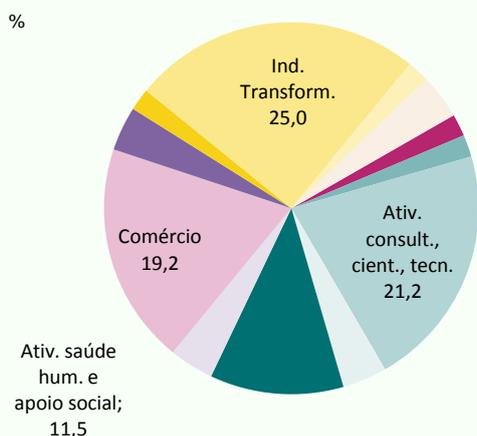
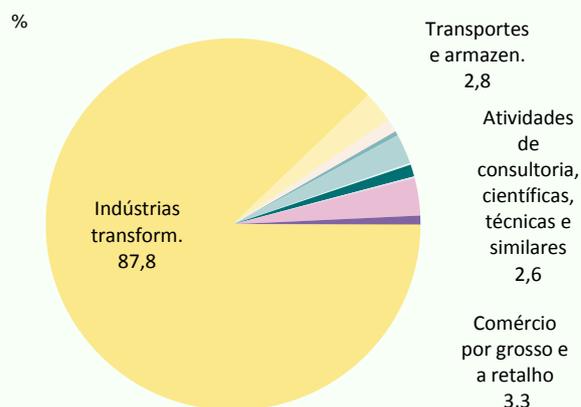


Gráfico n.º 17 – Distribuição do VAB das sociedades 100% participadas por Cooperativas, por atividade



Nestas 52 empresas, o valor das remunerações pagas ascendeu a 50,3 milhões de euros, concentrando-se 77,3% deste montante nas indústrias transformadoras e 8,3% no comércio por grosso e a retalho.

Em termos de emprego remunerado, este grupo de sociedades comerciais ocupou 2 013 ETC remunerados, dos quais 73,0% nas indústrias transformadoras e 10,6% no comércio por grosso e a retalho.

Caixa – Grupos económicos das Cooperativas (cont.)

Gráfico n.º 18 – Distribuição das remunerações das sociedades 100% participadas por Cooperativas, por atividade

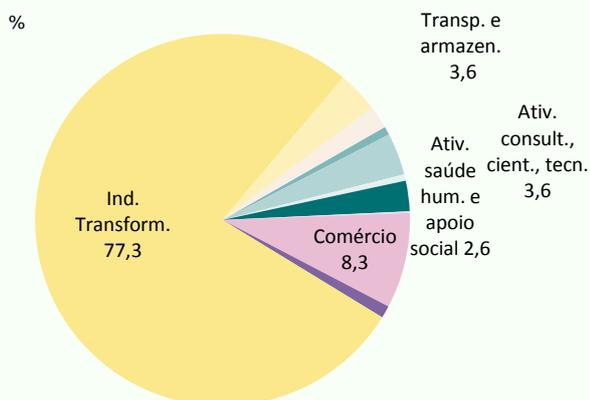
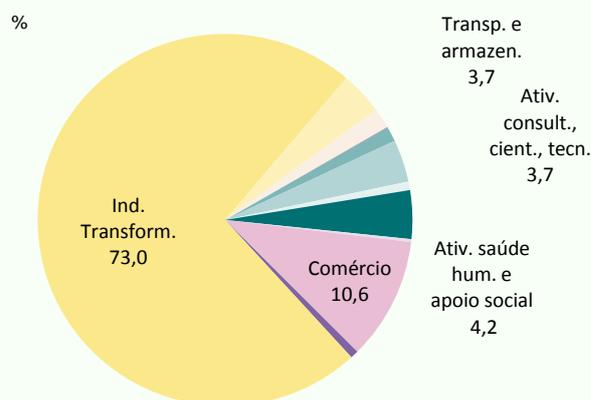


Gráfico n.º 19 – Distribuição do emprego remunerado (ETC) das sociedades 100% participadas por Cooperativas, por atividade



Se fosse considerado o contributo destas sociedades comerciais, o VAB do setor cooperativo ascenderia a 710,5 milhões de euros, em 2016, reforçando a posição das Cooperativas como o segundo grupo de entidades mais relevante da Economia Social.

Gráfico n.º 20 – VAB da Economia Social, por grupos de entidade, incluindo as sociedades participadas pelas Cooperativas, no VAB das Cooperativas

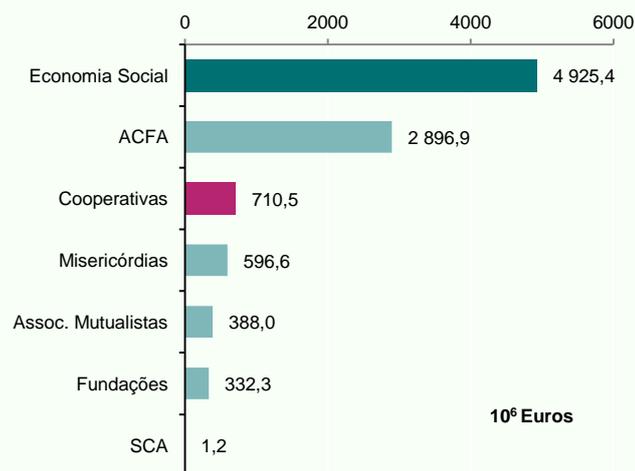
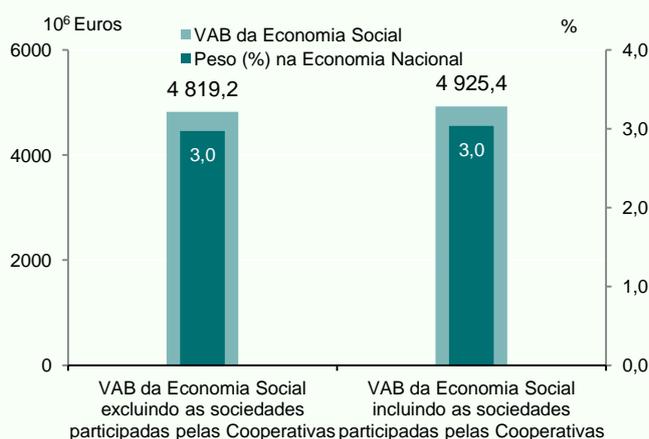


Gráfico n.º 21 – VAB da Economia Social excluindo e incluindo as sociedades participadas pelas Cooperativas



2.1.2 Associações Mutualistas

Em 2016, o número de Associações Mutualistas diminuiu 12,6% face a 2013, para um total de 97 unidades. Destas, 71,1% atuavam na área dos serviços sociais (D) e 19,6% desenvolviam atividades financeiras e de seguros (L60).

Contrariamente ao VAB, as remunerações evidenciaram um ligeiro decréscimo (-2,0%), tal como o emprego remunerado (-1,1%).

Quadro n.º 7 – Evolução dos principais indicadores – Associações Mutualistas

	2013	2016
Número de Associações Mutualistas (N.º)	111	97
VAB (10 ⁶ euros)	352,2	388,0
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	216,4	212,1
Emprego remunerado - ETC (N.º)	4 896	4 842
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento (10 ⁶ euros)	50,8	-124,0

As atividades financeiras e de seguros (L60) representaram 90,2% do total do VAB e 90,4% das remunerações deste grupo da ES.

Na distribuição do emprego remunerado (ETC), as atividades financeiras e de seguros (L60) concentraram 74,6% do total do emprego remunerado deste grupo, seguindo-se os serviços sociais (D), com 17,4% do total.

As Associações Mutualistas passaram de uma capacidade líquida na ordem dos 51 milhões de euros em 2013 para uma necessidade líquida de financiamento de 124 milhões de euros em 2016, contribuindo assim significativamente (175 milhões de euros) para o aumento da necessidade de financiamento observada no conjunto da ES.

2.1.3. Misericórdias

Em 2016, este grupo da ES incluiu um total de 387 unidades, mantendo-se praticamente inalterado face a 2013 (-0,5%). Quase 80% das Misericórdias desenvolviam a sua atividade na área da saúde (C), enquanto 17,6% atuavam na área dos serviços sociais (D). Como já referido, note-se que, com a nova nomenclatura, as atividades de apoio social com alojamento, onde se incluem, nomeadamente, os lares de terceira idade e unidades de cuidados continuados, passaram a estar incluídos nas atividades da saúde, o que teve particular impacto neste grupo da ES (v. notas metodológicas).

Relativamente a 2013, o VAB das Misericórdias aumentou 10,2% e as remunerações aumentaram 16,3%, em linha com o aumento do emprego remunerado.

Quadro n.º 8 – Evolução dos principais indicadores – Misericórdias

	2013	2016
Número de Misericórdias (N.º)	389	387
VAB (10 ⁶ euros)	541,2	596,6
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	477,5	555,3
Emprego remunerado - ETC (N.º)	35 469	39 445

A saúde (C) foi a atividade mais relevante em termos de VAB, de remunerações e de emprego remunerado, com 86,1% do total do VAB, 85,8% das remunerações e 87,1% do emprego remunerado.

Os serviços sociais (D) constituíram a segunda atividade mais relevante das Misericórdias, tendo gerado 12,5% do total do VAB, 12,9% do total de remunerações e 11,9% do emprego remunerado deste grupo da ES.

2.1.4 Fundações

O número de Fundações aumentou 7,1% face a 2013, para 619 unidades. Quase 30% das Fundações desenvolveram atividade nos serviços sociais (D), seguindo-se a cultura, comunicação e atividades de recreio (A) (21,2%) e a saúde (C) (17,1%).

O VAB das Fundações cresceu 32,4%, face a 2013, fixando-se em 332,3 milhões de euros. Entre 2013 e 2016, observou-se igualmente um aumento de 28,8% nas remunerações de 28,8% e de 29,8% no emprego remunerado.

Quadro n.º 9 – Evolução dos principais indicadores – Fundações

	2013	2016
Número de Fudações (N.º)	578	619
VAB (10 ⁶ euros)	250,9	332,3
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	236,3	304,3
Emprego remunerado - ETC (N.º)	10 871	14 113

A educação (B), apesar de congrega apenas 8,6% das Fundações, foi a atividade mais relevante na estrutura do VAB deste grupo (27,8%) e nas remunerações (28,1%). Em termos de emprego remunerado, a atividade mais importante foi a saúde (C), com 32,4% do emprego remunerado, que constituiu igualmente a segunda atividade com mais peso no VAB (23,0%) e nas remunerações (21,1%).

2.1.5 Associações com Fins Altruísticos (ACFA)

Em 2016, as ACFA mantiveram-se como o grupo da ES mais numeroso, integrando 66 761 unidades, o que representou um aumento de 16,7% face a 2013.

Quase 50% das ACFA desenvolviam a sua atividade na área da cultura, comunicação e atividades de recreio (A), seguindo-se a religião (I) (12,7%) e os serviços sociais (D) (9,7%).

Observou-se um aumento do VAB, das remunerações e do emprego remunerado das ACFA, face a 2013.

Quadro n.º 10 – Evolução dos principais indicadores – ACFA

	2013	2016
Número de Associações com Fins Altruísticos (N.º)	57 196	66 761
VAB (10 ⁶ euros)	2 566,3	2 896,9
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	2 472,3	2 673,9
Emprego remunerado - ETC (N.º)	140 050	151 779

No que respeita ao VAB, as atividades mais relevantes foram os serviços sociais (D) (34,5%), seguindo-se a saúde (C) (19,9%) e a educação (B) (16,2%). A atividade com maior número de unidades das ACFA (cultura, comunicação e atividades de recreio) representou porém apenas 5,9% do VAB deste grupo.

Os serviços sociais (D) foram igualmente mais relevantes em termos de remunerações (34,4% do total) e de emprego remunerado (38,0%) das ACFA.

2.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

Em 2016, foram identificadas 5 622 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparado, observando-se um acréscimo de 0,7% face a 2013.

Assim, em 2016, 7,8% do total de entidades da ES detinham o estatuto de IPSS ou equiparado, sendo estas maioritariamente constituídas por ACFA (84,0%), seguindo-se as Misericórdias (6,9%), as Fundações (4,6%), as Cooperativas (2,8%) e as Associações Mutualistas (1,7%).

Mais de 95% das Misericórdias e Associações Mutualistas e menos de 10% do total de Cooperativas e de ACFA possuem estatuto de IPSS.

Em 2016, as IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo nos serviços sociais (D) (56,3%), seguindo-se a saúde (C) (26,3%) e a educação (B) (6,5%).

Gráfico n.º 22 – Peso das IPSS, nos grupos de entidades da ES

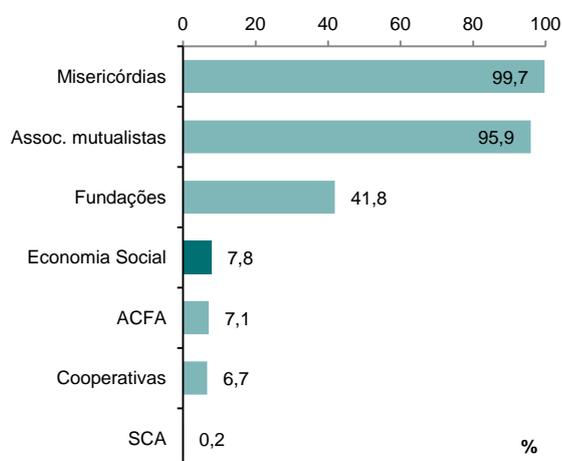
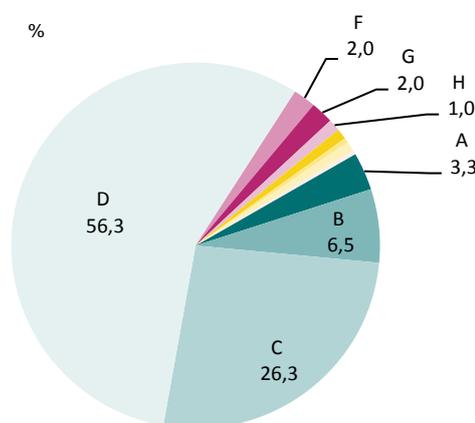


Gráfico n.º 23 – Distribuição das IPSS, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor



No que respeita ao VAB das IPSS, a atividade dominante foi a saúde (C) (52,9%), seguindo-se os serviços sociais (D) (39,3%) e a educação (B) (9,2%), alterando-se ligeiramente a hierarquia face à distribuição do número de unidades.

A estrutura das remunerações é coerente com a distribuição do VAB, destacando-se a saúde (C) (47,2%), seguindo-se os serviços sociais (D) (40,4%) e a educação (B) (9,2%).

Relembre-se que o peso significativo das atividades da saúde no grupo das IPSS (nas quais se incluem a maioria das Misericórdias) está relacionado com a utilização da nova nomenclatura internacional (v. notas metodológicas). Com efeito, mais de 80% do VAB das IPSS com origem na saúde foi afetado por esta alteração.

Gráfico n.º 24 – Distribuição do VAB das IPSS, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor

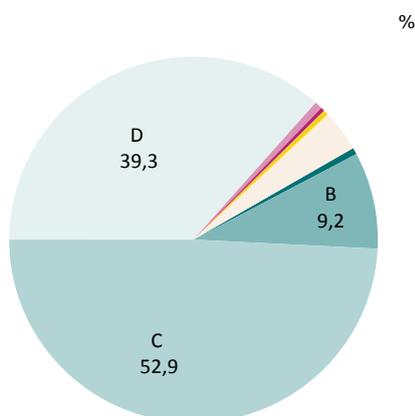
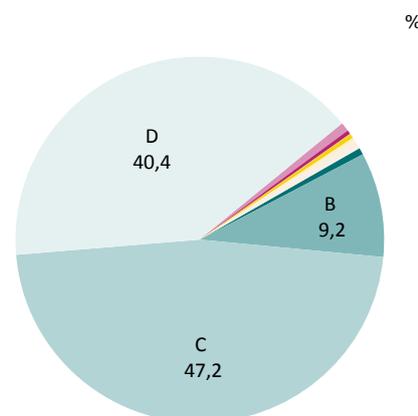
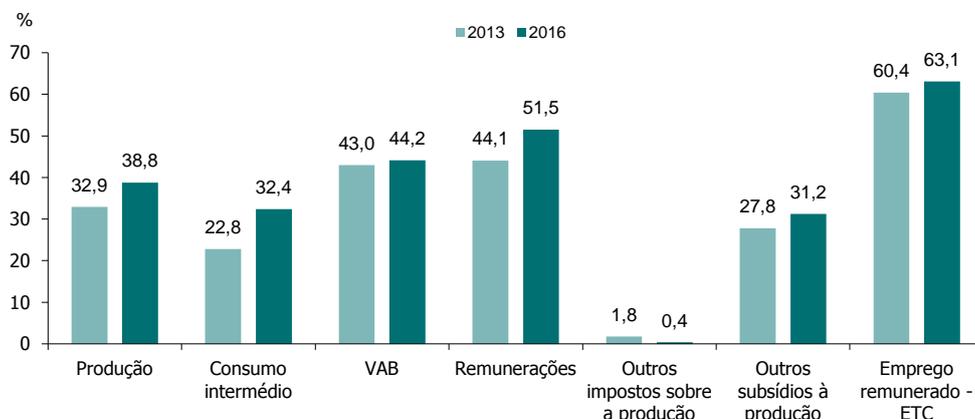


Gráfico n.º 25 – Distribuição das remunerações das IPSS, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor



Em 2016, as IPSS reforçaram a sua importância relativa na ES, representando 38,8% da produção, 44,2% do VAB, 51,5% das remunerações, 31,2% dos outros subsídios à produção e 63,1% do emprego remunerado (ETC) da ES.

Gráfico n.º 26 – Importância relativa das IPSS na ES em 2013 e 2016



2.3. Outras entidades da ES detentoras de estatutos especiais

A compilação de informação sobre outras entidades da ES detentoras de estatutos especiais, nas quais se incluem as organizações não governamentais de ambiente (ONGA), as organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), as organizações não governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD), as associações não governamentais de mulheres (ONGM) e as associações representativas dos imigrantes e seus descendentes (ARID), constitui uma novidade face às edições anteriores da CSES.

Foram identificadas 105 entidades com o estatuto de ONGA, exclusivamente concentradas no grupo das ACFA, cujo VAB ascendia a 5,5 milhões de euros, em 2016.

Das 164 entidades detentoras do estatuto de ONGD, 86,6% estavam incluídas no grupo das ACFA, gerando, no seu conjunto, quase 75 milhões de euros de VAB.

Foram ainda identificadas 224 ONGPD, das quais 82,1% estavam incluídas nas ACFA e 17,9% nas Cooperativas. O VAB das ONGPD ascendeu a 82,7 milhões de euros, em 2016.

As ONGM foram o grupo menos numeroso, incluindo apenas 9 entidades do grupo das ACFA, sendo responsáveis por um VAB próximo de 1 milhão de euros.

Por último, as 123 ARID, exclusivamente concentradas nas ACFA, geraram cerca de 4 milhões de euros de VAB, em 2016.

Gráfico n.º 27 – Número de entidades detentoras de estatutos especiais

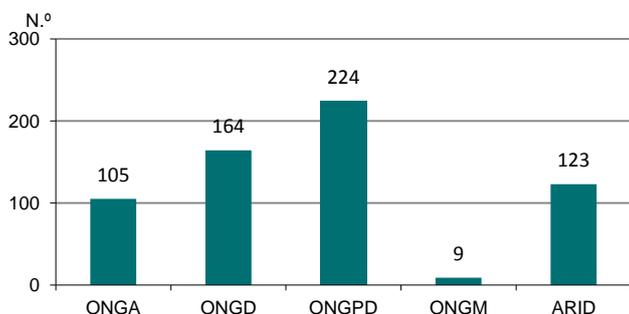
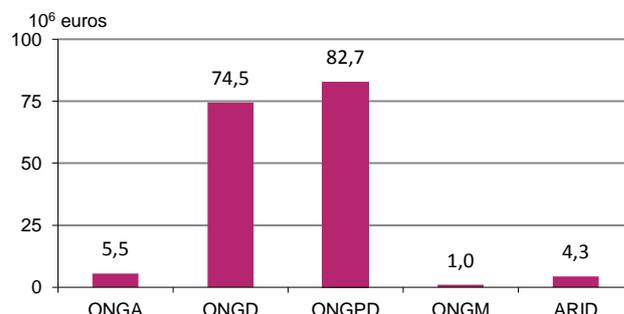


Gráfico n.º 28 – VAB gerado pelas entidades detentoras de estatutos especiais



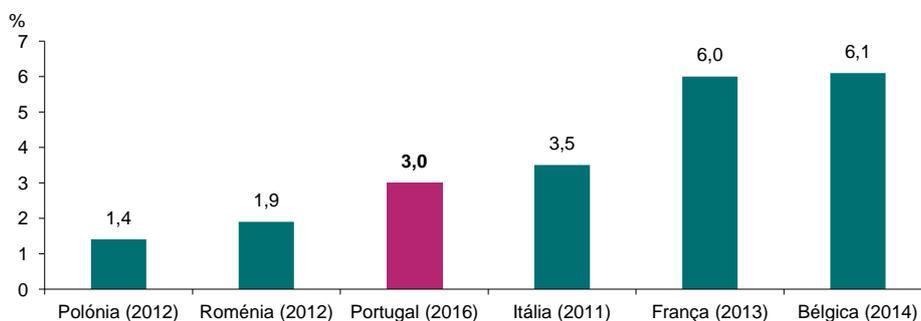
3. Comparações internacionais

Não existem muitos países que tenham implementado, de forma regular e sistemática, a compilação de Contas Satélite da ES. As comparações com os resultados dos demais países deverão ser efetuadas com alguma cautela, por três motivos fundamentais:

- (i) Nem todos os dados apresentados têm origem em Contas Satélite explícitas, elaboradas com base em informação das Contas Nacionais, de acordo com o SEC 2010;
- (ii) Não existe inteira coincidência temporal dos vários resultados apresentados; e
- (iii) Não existe total harmonização no tipo de unidades consideradas no perímetro da ES².

Em todo o caso, no que respeita ao VAB, Portugal parece ocupar uma posição mediana na distribuição de países com informação disponível.

Gráfico n.º 29 – Peso da ES na Economia Nacional (VAB ou PIB)

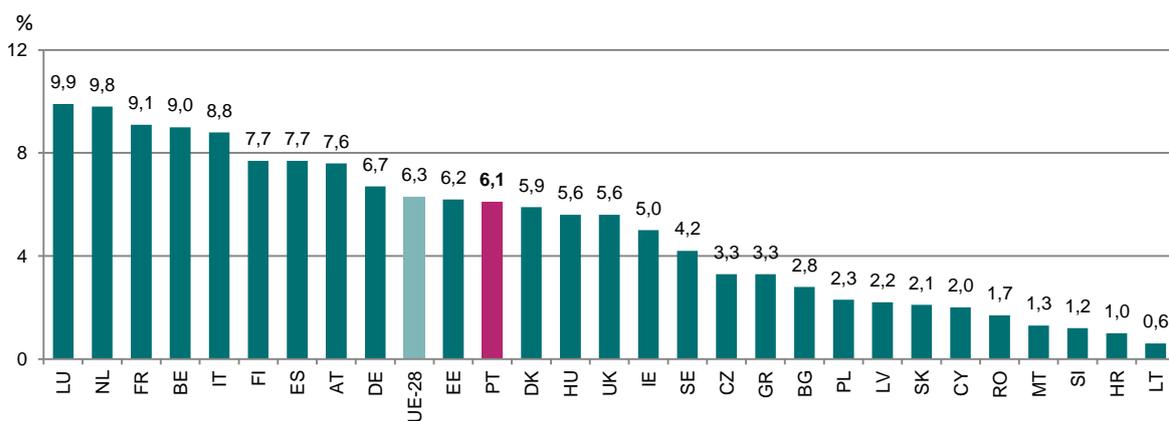


Fontes: Conta Satélite da Economia Social (2016), INE; "Le poids économique des Institutions sans but lucratif en Belgique (Editions 2017)", Fondation Roi Baudouin (2017); "Made in ESS : une démarche portée par la CRESS Champagne-Ardenne - Fondements de l'Économie Sociale et Solidaire"; "The third sector in Poland. Associations, foundations, faith-based charities, professional and business associations, employers' organizations in 2012", Statistical analyses and studies, Central Statistical Office, (2014); "Atlas of social economy 2014 edition - Statistical overview of the reality of the social economy in Romania", Cristina Barna, Irina Opincaru, Ancuța Vameșu (2016), "La rilevanza dell'economia sociale in Italia", Carlo Borzaga, Chiara Carini, Flaviano Zandonai (2014).

² Por exemplo, a Bélgica apenas inclui as instituições sem fim lucrativo.

Em termos de peso do emprego remunerado³ no emprego remunerado do total da economia nacional, Portugal surge num escalão intermédio, com um registo ligeiramente inferior à média dos 28 países da União Europeia, aparentando posicionar-se entre a Estónia e a Dinamarca.

Gráfico n.º 30 – Peso do emprego remunerado da ES no emprego remunerado total da Economia Nacional (2014-2015)



Fontes: Conta Satélite da Economia Social (2016), INE; CIRIEC – “Evolução recente da economia social na União Europeia” (demais países e registos – 2014-2015).

³ Não foi possível confirmar se, em todos os países, se trata de emprego remunerado medido em ETC.

Notas Metodológicas

1. Introdução

A CSES 2016 encontra-se integrada no quadro conceptual do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas (SCNP). O principal objetivo da CSES é disponibilizar informação económica sobre a ES, desenhado como um satélite das Contas Nacionais (CN). A escolha das CN como referência reflete a sua importância enquanto representação do funcionamento da Economia, fiável, sistematizada e comparável internacionalmente.

2. Referências metodológicas

As contas satélite das CN têm como primeiro referencial os conceitos e métodos das CN, definidos no **Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010)**. As contas satélite têm como objetivo ampliar a capacidade de observação de fenómenos particulares, constituindo extensões com maior detalhe das CN.

A CSES 2016 tem ainda como principal referência metodológica a **Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio)** que, entre outras matérias, estabelece o tipo de entidades que devem integrar a ES, assim como os princípios orientadores que devem pautar as atividades desenvolvidas por estas entidades.

3. Conceitos e Nomenclaturas

Na elaboração da CSES 2016 foram igualmente considerados os conceitos, métodos, classificações e regras contabilísticas do manual *"Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work"*, das Nações Unidas, de 2018, e do *"Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies"* do *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC).

Estes manuais, além de constituírem referências internacionais, potenciam a comparação da Conta com outras experiências internacionais, embora, por vezes, tenha sido necessário compatibilizar os diferentes entendimentos e métodos consagrados nos vários documentos.

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social, entende-se por ES o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com Fins Altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da ES.

Assim, de acordo com a Lei de Bases da Economia Social, as unidades da CSES foram agregadas pelos seguintes grupos de entidades:

- Cooperativas;
- Associações Mutualistas;
- Misericórdias;
- Fundações;
- Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA);
- Associações com Fins Altruísticos (ACFA).

Foi ainda elaborado um apuramento para as entidades detentoras do estatuto de IPSS ou equiparadas, uma vez que estas podem assumir diferentes formas e naturezas jurídicas, encontrando-se dispersas por todos os grupos de entidades da ES.

Na presente edição da CSES foi também incluído, pela primeira vez, um apuramento para outras entidades da ES detentoras de estatutos especiais, nos quais se incluem as organizações não governamentais de ambiente (ONGA), as organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), as organizações não governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD), as associações não governamentais de mulheres (ONGM) e as associações representativas dos imigrantes e seus descendentes (ARID).

Notas Metodológicas (cont.)

Importa ainda referir que foram incluídas nos grupos das Misericórdias e das Associações Mutualistas as respetivas caixas económicas anexas, uma vez que o seu regime jurídico (Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro) estabelece que estas devem respeitar, com as devidas adaptações, os princípios orientadores que regem a atividade da Economia Social, bem como os princípios mutualistas previstos no Código das Associações Mutualistas, podendo apenas ser constituídas para a exclusiva prossecução dos fins de Associações Mutualistas, Misericórdias ou outras instituições de beneficência, observando-se igualmente algumas restrições na afetação de resultados. Estas duas últimas características já constavam do anterior regime jurídico das caixas económicas, regulado pelo Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio.

Em termos de classificação dos setores institucionais previstos no SEC 2010, as unidades da CSES 2016 são constituídas por:

- Instituições sem fim lucrativo classificadas no setor institucional das Sociedades não financeiras (S.11) (ex.: cooperativas, exceto caixas de crédito agrícola mútuo; escolas, universidades e centros de investigação; associações de desenvolvimento económico, social e comunitário; associações patronais e profissionais; etc.);
- Instituições sem fim lucrativo mercantis classificadas no setor institucional das Sociedades financeiras (S.12) (ex.: associações mutualistas; caixas de crédito agrícola mútuo, caixas económicas anexas a Misericórdias e Associações Mutualistas);
- Administrações Públicas (S.13) (Régies cooperativas);
- Instituições sem fim lucrativo de pequena dimensão classificadas no setor institucional das Famílias (S.14) (ex.: associações de pais e de encarregados de educação; baldios, etc.);
- Unidades institucionais classificadas no setor institucional das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15); (ex.: associações de solidariedade social, lares, casas do povo, centros de dia, Misericórdias; clubes desportivos e recreativos; associações de desenvolvimento local; partidos políticos, sindicatos, centros paroquiais, organizações não-governamentais do ambiente, cultos e congregações etc.).

Atendendo aos princípios orientadores da Lei de Bases da Economia Social não foram consideradas na CSES 2016 quaisquer entidades do setor institucional das Administrações Públicas (S.13), à exceção das régies cooperativas, considerando a sua especificidade. Também não foram incluídas na CSES quaisquer unidades do subsector institucional das Sociedades não financeiras públicas (S.11001), à exceção de algumas Cooperativas classificadas neste subsector.

As unidades que constituem o universo da CSES foram objeto de uma dupla classificação, por Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06), em linha com a CAE Rev.3, e com a "International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)" / "Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)", que corresponde à primeira revisão da "International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO)", estabelecida pelo manual "Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work", das Nações Unidas.

Esta nomenclatura internacional foi utilizada em substituição da "Classificação de Atividades das Entidades da Economia Social (CAEES)", que era uma adaptação da "International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO)", especificamente concebida pelo INE, I.P. e pela CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, para utilização no âmbito da CSES.

O critério de classificação na CIOSFL/TS foi a atividade principal da unidade institucional, tendo como referência a classificação da mesma ao nível da Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06) e/ou da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE Rev.3), bem como a tabela de correspondência constante do "Annex 5.3 Correspondence between the International Standard Industrial Classification of All Economic Activities Rev.4 (ISIC Rev. 4) and the International Classification of Non-profit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)" incluída no manual "Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work", das Nações Unidas.

Destacam-se como principais alterações da CIOSFL/TS com impacto na edição da CSES 2016, as seguintes:

- Transferência dos clubes sociais (exemplos: numismática, filatelia, maximafilia, clubes de fãs de automóveis, clubes cinófilos, etc.) do âmbito da cultura, comunicação e atividades de recreação para as atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional;
- Transferência da investigação científica do âmbito da educação para os serviços profissionais, científicos e administrativos;
- Transferência das atividades classificadas com o código 87 da ISIC Rev. 4 (correspondente à divisão 87 da NACE Rev.2 e à secção 87 da CAE Rev.3) do âmbito dos serviços sociais para a saúde.

Notas Metodológicas (cont.)

Assim, tendo em conta a alteração significativa na classificação das unidades que integram o universo da CSES 2016, decorrente da adoção da nova nomenclatura internacional recomendada pelas Nações Unidas, devem evitar-se as análises evolutivas dos valores apresentados nas várias edições da CSES, por atividade.

O quadro seguinte descreve, genericamente, exemplos de atividades incluídas em cada uma das secções da CIOSFL/TS:

Quadro n.º 11 – Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS) – Exemplos de atividades

Secção	Exemplos de atividades
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	Artes visuais e do espetáculo, museus, zoológicos, parques, sítios históricos e instituições similares, atividades desportivas, informação e comunicação, entre outras.
B - Educação	Ensino pré-escolar, primário e secundário, institutos politécnicos e universidades, serviços de apoio à educação, entre outras.
C - Saúde	Serviços de saúde em regime de ambulatório geral e especializado, resposta de emergência médica, laboratórios médicos e de diagnóstico, hospitais e estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento, lares de idosos, entre outras.
D - Serviços sociais	Serviços de apoio (social) à criança, à juventude, aos idosos, às pessoas com deficiência e às famílias, abrigos temporários, serviços de emergência e resgate, apoio a refugiados, atividades de formação ou aconselhamento vocacional, entre outras.
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	Atividade de gestão de terrenos e de água, de combate e controlo da poluição, ecoturismo, agricultura biológica e florestas, gestão, conservação e proteção de recursos naturais, santuários e abrigos animais, serviços de veterinária, atividades de saúde e bem estar animal, entre outras.
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	Construção de habitação e infraestruturas, atividades de desenvolvimento comunitário e económico, gestão e manutenção da habitação, serviços de utilidade pública e gestão de resíduos, autogoverno das comunidades autóctones, entre outras atividades.
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	Organizações de defesa de direitos, organizações de defesa da conservação do ambiente e do bem estar animal, clubes sociais e outras organizações ao serviço dos membros, organizações de participação social para idosos, atividades de participação cívica, jurídica e social, n.e., partidos políticos, ação política, <i>lobbying</i> e atividades similares, atividades internacionais, entre outras.
H - Filantropia e promoção do voluntariado	Fundações para o financiamento (filantropia) e outros intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado.
I - Religião	Congregações religiosas e outras associações religiosas.
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	Associações empresariais e patronais, associações profissionais e sindicatos, entre outras.
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	Serviços de investigação e testes científicos, serviços jurídicos e de mediação, contabilidade e serviços relacionados, relações públicas e serviços relacionados, serviços de gestão e administrativos, entre outras.
L - Outras atividades	Agricultura, silvicultura e pesca, indústria, alojamento, restauração e similares, comércio, atividades de transporte e armazenagem, atividades financeiras e de seguros, atividades imobiliárias, entre outras.

Sempre que possível, é apresentada informação desagregada referente à secção L – Outras atividades da CIOSFL/TS, atenta a relevância da mesma, designadamente nos grupos das Cooperativas e das Associação Mutualistas.

Notas Metodológicas (cont.)

4. Principais fontes de informação

INE

- Contas Nacionais (Base 2011);
- Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE);
- Inquérito às Associações, Uniões, Federações e Confederações Patronais (IAP);
- Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (IASM);
- Inquérito ao Emprego (IE);
- Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros (IEDCB);
- Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente (IONGA);

Outras fontes

- Balancetes analíticos detalhados das entidades da Administração central;
- Base de dados Archevo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;
- Conta Geral do Estado (CGE);
- Declaração mensal de remunerações à Segurança Social;
- Demonstração de resultados e balanços das cooperativas creditadas pela CASES;
- Informação Empresarial Simplificada (IES);
- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN);
- Listagens da Direção-Geral da Segurança Social;
- Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (OCIP);
- Relatórios e Contas de Instituições sem fins lucrativos;
- Relatório Único do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social;
- Páginas eletrónicas das unidades de atividade económica;
- Página eletrónica do Ministério da Justiça (<https://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>).

5. Considerações Finais

A CSES deverá ser considerada um projeto em desenvolvimento, em linha com a evolução preconizada por instituições de referência no plano internacional, como as Nações Unidas, o Eurostat e o CIRIEC, especialmente devido à atualização e renovação permanente dos conceitos e das metodologias adotadas para a compilação de informação, no contexto das CN, assim como da reformulação do conceito de trabalho voluntário e respetivas metodologias para a sua mensuração.

Apesar da sua importância enquanto “retrato” da dimensão económica da ES, a CSES constitui apenas uma visão parcial da mesma.

Com efeito, a análise da relevância da ES deverá passar não só pela componente económica, mas também pelo número de membros/associados e de beneficiários da atuação deste universo de entidades, pela análise de externalidades, de efeitos multiplicadores e de impactos da sua atuação, designadamente a nível da redução da pobreza e das desigualdades sociais em território nacional, entre outras perspetivas de análise possíveis, que extravasam o âmbito da presente Conta Satélite.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as unidades que integram a ES, o INE lançou recentemente o “Inquérito ao Setor da Economia Social”, que pretende caracterizar este setor, respondendo a questões como: Quais as atividades desenvolvidas por estas entidades? Qual a composição interna destas entidades? Que relações têm estas entidades com as entidades do setor público e privado? Qual o modelo de relação laboral praticado por estas entidades? Qual o papel que desempenha o voluntariado na direção e no desenvolvimento da atividade destas entidades? Qual a qualificação e nível médio de remunerações dos trabalhadores, colaboradores e dirigentes destas entidades?

Os resultados desta nova operação estatística serão, previsivelmente, divulgados no último trimestre de 2019.